LEI № 1201/2019, DE 07 DE MAIO DE 2019.

Institui o Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo "Primeiros Passos para o Futuro" e dá outras providências.

Luiz Antonio Peres, Prefeito Municipal de Tapiratiba, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Tapiratiba, em Sessão realizada no dia 06/05/2019, aprovou o Projeto de Lei nº 004/2019, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, nos termos desta lei, o Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo Primeiros Passos para o Futuro, incluindo as modalidades de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, além de promover a inclusão social de jovens e adolescentes. O programa tem por objetivo:

I - Promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 16 (dezesseis) a 24 (vinte e quatro) anos, pertencentes a famílias com renda "per capita" mensal de até meio salário-mínimo nacional, mediante a transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional, que auxiliem no desenvolvimento integral do jovem, para o bom exercício de sua cidadania;

II - Atender aos adolescentes, em meio aberto por Liberdade assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, nos moldes e diretrizes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei n°12.594/2012-SINASE), e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069/90);

Art. 2º - Os usuários inscritos no Programa receberão auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00.

Art. 3º - O Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo Primeiros Passos para o Futuro será um programa multissetorial e será desenvolvido e coordenado pelo CRAS e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Tapiratiba em parceria com os demais setores da Prefeitura Municipal de Tapiratiba.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

I - Coordenar o Programa em todas suas etapas;

- II- promover a capacitação dos setores para receber os jovens que integrem o Programa;
 - III Garantir o pagamento do subsídio financeiro;
 - IV gerenciar as informações dos jovens beneficiários;
- **V** monitorar e avaliar, periodicamente, o andamento do programa e os resultados apresentados;
- Art. 5º Inicialmente a quantidade de vagas no programa será limitada a 20 (vinte), podendo ser ampliada em conformidade com a demanda detectada e disponibilidade orçamentária, através de Decreto Municipal.
- Art. 6º O Programa destina-se aos jovens que não estejam participando de programas semelhantes.
- Art. 7º A concessão do benefício ou a inclusão no Programa, de que trata esta lei, não implicará em vínculo empregatício, funcional ou profissional com a Prefeitura.
- **Art. 8º** O período de permanência do jovem no programa é de 06 (seis) meses, podendo, mediante reavaliação dos dados cadastrais, ser prorrogado por igual período.
- **Art. 9º** A partir da inclusão no programa, o jovem deverá cumprir as seguintes condicionalidades:
- I Prestar serviços gerais ao município, de acordo com suas aptidões, em lugares e atividades que serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- II matricular-se no Ensino de Jovens e Adultos EJA Presencial ou no ensino regular de educação básica se não houver concluído o ensino médio;
- III frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento) por semestre, quando matriculado;
- IV aprovação escolar no semestre/ano letivo de acordo com a modalidade de ensino que está matriculado;
 - V comprovar a realização de consultas pré-natal, caso seja gestante;



VI - Cumprir jornada de atividade no Projeto que será de 20 (vinte) horas semanais, sendo 16 (dezesseis) horas por semana de serviços prestados, e 4 (quatro) horas por semana destinadas à curso de qualificação profissional, alfabetização, orientação social, psicológica ou outro, que poderá ser desenvolvido em quaisquer dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;

Art. 10º - Por descumprimento das condicionalidades relacionadas no artigo 9º desta lei, o jovem poderá ser desligado do programa a qualquer tempo.

Art. 11º - O pagamento do subsídio financeiro ao jovem participante do programa será efetuado, mensalmente, por meio de Transferência Bancária.

Art. 12º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art.13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tapiratiba, 07 de maio de 2019.

LUIZ ANTONIO PERES Prefeito Municipal

Publicado por afixação no Quadro próprio de Editais, na sede da Prefeitura Municipal e no Painel da Cidadania, na mesma data.